PORTARIA Nº 112/21/DI/DF – Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. CORPUS CHRISTI 2021); Fundamento Legal: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Marapanim-PA; Período: 02 a 07/06/2021; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidor: CB PM William Samuel Silva de Castro; CPF: 911.129.902-91; Valor: R\$ 857,20. Ordenador: ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº 113/21/DI/DF – Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. CORPUS CHRISTI 2021); Fundamento Legal: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salvaterra-PA; Período: 02 a 07/06/2021; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidor: SGT PM Raimundo Sérgio do Nascimento Sousa; CPF: 442.796.552-00; Valor: R\$ 1.318,80. Ordenador: ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº 114/21/DI/DF – Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. CORPUS CHRISTI 2021); Fundamento Legal: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 02 a 07/06/2021; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidor: CB PM Renan da Silva Neves; CPF: 918.840.632-68; Valor: R\$ 857,20. Ordenador: ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº 115/21/DI/DF – Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. CORPUS CHRISTI 2021); Fundamento Legal: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Curuçá-PA; Período: 02 a 07/06/2021; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidor: CB PM Leonardo Pereira Ferreira; CPF: 936.781.342-20; Valor: R\$ 857,20. Ordenador: ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 660084

PORTARIA Nº 876/21/DI/DF – Objetivo: Chamado de Justiça; Fundamento Legal: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Terra Santa/PA; Destino: Oriximiná/PA; Período: 19 a 22/01/2021; Quantidade de diárias: 02 de alimentação e 03 de pousada; Servidor: SGT PM Elcivan Mota da Silveira; CPF: 496.041.632-72; Valor: R\$ 659,40. Ordenador: ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 660114

PORTARIA Nº 866/21/DI/DF – Objetivo: A serviço da PMPA; Fundamento Legal: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Tucuruí-PA; Período: 20/05/2021; Quantidade de diárias: 01 de alimentação; Servidores: CEL PM José Dilson Melo De Souza Júnior; CPF: 426.627.292-87; Valor: R\$ 158,26. Ordenador: ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 660119

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO CD DE PORTARIA Nº 002/2021-CORCPC 2

PRESIDENTE : CAP QOPM RG 37959 ANDREI PINTO DA ROCHA
INTERROGANTE E RELATOR : 2º TEN QOPM RG 38900 ANTÔNIO CARLOS BAHIA DA SILVA

ESCRIVÃO : 2º TEN QOPM RG 40810 FERNANDO EMÍLIO SANTOS DO VALE ACUSADO: CB PM RG 34851 EDSON SANTOS DA SILVA.

ASSUNTO: Homologação de Conclusão de Processo Administrativo Disciplinar de Conselho de Disciplina.

O CORREGEDOR GERAL DA PMPA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.11, incisos II e III, ambos da Lei Complementar Estadual nº 053/06, combinado com o Art. 26, inciso IV da Lei Estadual no 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, com as alterações da Lei Ordinária nº 8.973, de 13 de janeiro de 2020, e considerando o contido no MEMO. Nº 178/2021-P/2-24º BPM contendo a Parte de Ausência s/n 2021-24º BPM, do CB PM RG 34851 EDSON SANTOS DA SILVA, e com supedâneo nos preceitos constitucionais do art. 5º, incisos LIII, LIV e LV da CF/88 instaurou-se o presente Processo Administrativo Disciplinar Simplificado em desfavor do referido acusado, e, analisando o relatório elaborado com a devida acuidade, pode-se colher a base empírica para ao final concluir, tendo como fundamento as razões de direito trazidas aos autos.

1) DOS FATOS:

As razões de fato foram em resumo:

Ab initio, o processo foi instaurado para apurar a capacidade de permanência, nas fileiras da Polícia Militar do Pará, do CB PM RG 34851 EDSON SANTOS DA SILVA, do 24º BPM, por ter faltado ao serviço de MOTOMEC, missão nº 2021021275-24ºBPM, no dia 18 JAN 21, para o qual estava escalado, sem apresentar justificativa, sendo que às 00h do dia 19 JAN 21 começou a contagem de prazo para que se configure o crime de deserção (Art. 187 do Código Penal Militar), o qual se encerrou às 00h do dia 26 JAN 21, passando o militar à condição de desertor, não sendo capturado, nem tendo se apresentado espontaneamente até a presente data.

Diante da hipótese acusatória, o militar teria infringindo as normas axiológicas e principiológicas do Art. 114, incisos III e IV, por ter, em tese, infringindo os incisos X, XII, XX, XVI, XXIII, XVII, XXIV e XXV do Art. 17, incisos III, IV, VII, VIII e XI do Art. 18, além do inciso XXVIII do Art. 37, todos da Lei nº 6833/06 (CEDPMPA), c/c Art. 187 do CPM, conduta classificada originariamente como transgressão da disciplina policial militar de natureza "GRAVE", podendo ser sancionado até com a EXCLUSÃO A BEM DA DISCIPLINA, conforme o Art. 39, inciso VI da referida lei Ordinária. Citado às fls. 21,26 e 28 (este por edital), o acusado não foi encontrado por se encontrar na condição de desertor.

Na oitiva do policial militar o CAP QOPM RG35499 SERGIO SARMENTO DE OLIVEIRA (fls. 32 e 33) declara que o acusado está sem comparecer ao serviço desde o dia 18 de janeiro de 2021, sendo confeccionado no dia seguinte a parte de ausência e após os dias previstos em legislação, o Termo de Deserção do militar. Ressalta que foi diligenciado duas vezes na casa do mesmo a fim de ser localizado, porém sem êxito.

É o Relatório.

2) DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

Relatados os fatos e analisadas as razões da defesa, passaremos a examinar o conteúdo fático e a sua subsunção aos tipos disciplinares e demais normas que estabelecem a eventual proporcionalidade da reprimenda disciplinar.

O militar de maneira geral é treinado sob rígida disciplina, fomentando diariamente a assiduidade e a pontualidade, sendo que quando o militar falta ao serviço sintomaticamente, é porque esqueceu via de regra, dos princípios da hierarquia e da disciplina, bem como dos princípios basilares da Administração Pública, da supremacia e da indisponibilidade do interesse público.

Os direitos e interesses públicos são confiados ao administrador para gestão, restando claro que a atividade administrativa é um munus público, exerce-se uma função em nome e interesse de outrem, por isso a autonomia da vontade e a liberdade, encontra alguns limites, a finalidade previamente estabelecida e a submissão da vontade pré-traçada na Constituição Federal e na lei, no dever de bem curar o interesse alheio: o interesse público.

O interesse público primário é o da coletividade envolvida, sendo contrário a própria eficiência onerar a corporação com a permanência de um policial que não tem o mínimo interesse de prestar serviço a corporação, não ofertando a contraprestação necessária em razão dos vencimentos auferidos em razão do labor pretendido pelo interesse público. O interesse público está em um patamar superior ao abstrato interesse do acusado em permanecer nas fileiras da corporação. O militar tinha contra si o mandado de prisão nº 0021754-07.2014.8.14.0401.01.0001-07 decretada e, sua ausência, de certo, proposital, frustrou a efetividade da medida judicial. Diante da base empírica colhida no bojo dos autos em análise, verifica-se o enquadramento dos fatos em fundamentos jurídicos:

O computo das faltas dos dias em que o mesmo esteve escalado de MOTOMEC perfazem o interregno exigível para a configuração do crime de deserção (fls. 06-17), o que por si só, já demonstram a gravidade da transgressão disciplinar, nos termos da legislação.

A matéria fática trazida a exame neste processo de objeto punitivo, não pode de maneira alguma divorciada da classificação legal dada a transgressão de natureza grave, por mais de um fundamento constante do §2º do Art.31 da Lei Estadual no 6.833, de 13 de fevereiro de 2006:

§ 2º De natureza "grave", quando constituírem atos que: I - sejam atentatórios aos direitos humanos fundamentais; II - sejam atentatórios às instituições ou ao Estado; III - afetem o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor policial- militar ou o decoro da classe; IV - atentem contra a moralidade pública; V - gerem grande transtorno ao andamento do serviço; VI - também sejam definidos como crime; VII - causem grave prejuízo material à Administração.

A jurisprudência tem entendido que quando a transgressão viola a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, é proporcional a aplicação de uma pena exclusória, como a exclusão ou o licenciamento a bem da disciplina.

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO À PMMG - ABSOLVIÇÃO EM PARTE DOS DELITOS NO JUÍZO CRIMINAL - INCOMUNICABILIDADE DAS INSTÂNCIAS PENAL E ADMINISTRATIVA - AUTORIA E EXISTÊNCIA DA INFRAÇÃO FUNCIONAL NÃO AFASTADAS - EXCLUSÃO ADMINISTRATIVA MOTIVADA PELA PRÁTICA DE TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR RESIDUAL - SÚMULA N. 18 DO STF - RECURSO IMPROVIDO. - A exclusão foi motivada pela prática de transgressão disciplinar residual gravíssima, que afetou a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. - Não compete ao Poder Judiciário analisar se justa ou injusta a punição. Resta ao Poder Judiciário aferir apenas as questões atinentes à legalidade do ato administrativo, devido anulá-los na presença de vícios que maculem sua formação. Ausentes os vícios, impõe-se a manutenção do ato administrativo demissional. - Improvimento do recurso. (TJMMG 00004269420149130003, Relator: Juiz